



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

BPN ■ ASSUNTO "NÃO PASSOU" PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Quadros de Miró eram da SLN

■ Pinturas foram dadas como garantia de um empréstimo de 40 milhões de euros

● DIANA RAMOS

Armando Fonseca Pinto, antigo administrador do Banco Português de Negócios (BPN), que mantém o cargo de director jurídico da instituição, revelou ontem, na Comissão de Inquérito Parlamentar, que as empresas offshores a quem foram concedidos créditos no valor de 40 milhões de euros, e em relação às quais os célebres quadros do pintor espanhol Miró serviam de garantia, pertenciam afinal à Sociedade Lusa de Negócios (SLN), a antiga dona do banco.

O antigo administrador do BPN confirmou ainda que foi confrontado com o problema da efectiva titularidade dos quadros de Miró, que estavam na posse do banco em Agosto do ano passado, durante as férias de família. "Foi-me pedido que fizesse um levantamento sobre esta situação", explicou.

Segundo Armando Fonseca Pinto, face à situação de incumprimento no pagamento desses créditos, o objectivo do seu trabalho era encontrar formas de assegurar os créditos do BPN. "Nunca vi nenhum quadro dos que o grupo tem, foi um assunto tratado pelo private bank e as operações do private bank



Armando Fonseca Pinto (à dir.) averiguou a questão dos quadros Miró

não passavam pelo Conselho de Administração do banco." E acrescentou que, após a análise realizada, concluiu que "afinal [os quadros] pertenciam a offshores que já tinham sido detectadas como pertencentes ao universo SLN". ■

DEPUTADOS
ACUSAM
GOVERNADOR
DO BANCO DE
PORTUGAL
DE ATRASAR
CASO BPN

A culpa é do CONSTÂNCIO

A comissão do BPN teve de pedir aos tribunais para aceder a documentos que Vítor Constâncio recusou entregar

Texto • João Cristóvão Baptista

joao.m.baptista@24horas.com.pt

Os deputados da comissão parlamentar de inquérito que está a analisar as falhas de supervisão que levaram à nacionalização do BPN acusam o Governador do Banco de Portugal (BdP), Vítor Constâncio, de estar a dificultar o seu trabalho ao manter a recusa em entregar os documentos solicitados pelo órgão presidido por Maria de Belém Roseira.

Esta situação motivou já o recurso aos tribunais, o que levou o PCP a pedir a suspensão dos trabalhos, enquanto os restantes partidos falam em alargar o mandato de 90 dias concedidos para que a comissão possa chegar a alguma conclusão.

“A recusa sucessiva por parte do BdP e da administração do BPN em apresentar os documentos solicitados obrigou ao recurso aos tribunais, o que torna impossível obter estes documentos em tempo útil para a comissão”, disse ao *24horas* Honório Novo.

Na opinião do deputado comunista, “tendo em conta que os deputados deram todas as garantias de sigilo em



Constâncio é apontado por Honório Novo como o responsável pelos atrasos nas conclusões ao caso BPN

relação ao conteúdo dos documentos pedidos, o argumento do sigilo bancário mais não é que uma forma ardilosa de sonegar ou atrasar a chegada ao Parlamento de elementos vitais para o que está a ser investigado”.

Está a “dificultar”

Para Honório Novo, “caso esta comissão não consiga chegar a qualquer conclusão sobre o que se passou no BPN antes da nacionalização, a responsabilidade deste facto é de Vítor Constâncio e da actual administra-

ção daquele banco”.

Também João Semedo, do Bloco de Esquerda, considerou que a posição adoptada pelo governador do BdP em relação à recusa a facilitar documentos pedidos relativos à supervisão da gestão de José Oliveira e Costa torna muito mais difícil para a comissão cumprir os objectivos a que se propôs.

“Estamos a falar de documentos que não violam, na maioria, o sigilo bancário pelo que a única explicação que se encontra para esta atitude é dificultar objectiva-

Documentos são vitais

Segundo explicou ao *24horas* Honório Novo, a insistência dos deputados em obter os documentos solicitados ao BdP e ao BPN não é um simples capricho. “Os elementos que solicitámos dizem respeito a algumas das operações mais duvidosas efectuadas durante a gestão de Oliveira e Costa”.

De acordo com o deputado, além da correspondência trocada entre o supervisor e a anterior administração do BPN, entre os documentos solicitados pelos deputados encontram-se vários elementos relativos às operações com recurso ao Banco Insular de Cabo Verde, ao negócio de Porto Rico e à especulação imobiliária no Brasil.

Outro dos elementos que a comissão quer ver explicada é a relação do BPN com o empresário libanês El-Assir, que é acusado de ter obtido créditos duvidosos junto do banco fundado por Oliveira e Costa.

mente o trabalho da comissão”, defendeu ao *24horas* o deputado bloquista, sublinhando que, “por muito que se trabalhe, por mais que se acelerem as audições que estão a ser feitas, se não tivermos acesso aos documentos torna-se complicado chegar a conclusões concretas”. ■

Nem todos sabiam o que se passava no BPN

Inquérito. Ex-director do BPN diz que a verdade só veio ao de cima após Oliveira Costa ter saído da liderança do banco

O director dos Assuntos Jurídicos do BPN, Armando Fonseca Pinto garantiu ontem que após a saída de Oliveira Costa se entrou "numa fase em que as revelações eram diárias e muito sofridas". Fonseca Pinto referiu que durante a administração de Abdool Vakil, quando se começou a saber "o que estava por detrás do BPN" acabou "um dia por explodir" e por ter publicamente declarado que se estava perante "uma cambada de irresponsáveis".

Ouvido na comissão de inquérito ao caso BPN, Fonseca Pinto diz ter sido nessa fase que "percebeu as implicações dessas revelações de irregularidades para com a CMVM". O jurista adiantou que no dia "em que explodiu e disse uma série de coisas" acabou por ser confortado por António Franco – o director de operações do BPN que já esteve no Parlamento – e que este lhe disse na altura estar "em perfeitas condições para garantir que nem ele (Fonseca Pinto) nem Abdool Vakil sa-

biam dos negócios paralelos, designadamente do Banco Insular".

Para Fonseca Pinto "é uma mentira deslavada dizer-se que todos sabiam o que se passava por detrás da estrutura bancária do BPN" adiantando que só depois da saída de Oliveira Costa é que se tomou conhecimento "de que ocorreram diversas irregularidades que neste momento estão a ser investigadas". Questionado por Nuno Melo sobre o funcionamento das Contas de Investimento, Fonseca Pinto disse não poder adiantar muito mais, lembrando que um banco pode sempre garantir uma determinada taxa de juro aos seus clientes. Dessa forma, assegura que na altura "considerou que se tratava de um mau negócio para o BPN mas que a instituição devia remunerar os clientes de acordo com o contratado".

EL-ASSIR ERA INTRATÁVEL

A constituição de garantias hipotecárias a favor do BPN por parte de El-Assir foi acompanhada em Espanha por Fonseca Pinto que testemunhar num notário a constituição de uma terceira hipoteca sobre imóveis do empresário para garantir créditos. O director de Assuntos Jurídicos do BPN assegurou que o empresário

libanês era considerando como sendo uma pessoa com um feitiço "intratável pelo que se quiseram assegurar da legalidade da operação. Fonseca Pinto frisou, ainda, partiu para Espanha com grande celeridade tendo-lhe sido dito que era necessário acompanhar "a escritura dos imóveis do amigo do Dias Loureiro".

O director de Assuntos Jurídicos do BPN que chegou a integrar a administração no banco em equipas de Oliveira Costa frisou por diversas vezes ter "orgulho na camisola do BPN", assegurando que a instituição bancária "tem muitos e bons quadros que deram todo o seu trabalho em operações bancárias perfeitamente normais e regulares". ■



Genro de Aznar exigiu receber pagamento por intermediação de negócios em nome do BPN

Cristina Ferreira

PCP quer saber se Alejandro Agag participou em negócios de armas. CDS-PP quer esclarecer que papel teve no banco

● Alejandro Agag, genro do ex-primeiro-ministro espanhol José María Aznar, pediu ao Banco Português de Negócios (BPN) que lhe pagasse as verbas acordadas pelos serviços prestados como intermediário em negócios realizados fora de Portugal. O nome de Agag, ex-secretário-geral do Partido Popular Europeu (PPE), por indicação de Aznar, é referenciado como estando associado a investimentos da EDP em Espanha e ao negócio da compra de duas empresas em Porto Rico pela Sociedade Lusa de Negócios (SLN), que envolveu o empresário libanês El Assir e o seu amigo Manuel Dias Loureiro.

Numa nota enviada em 2004 à administração do grupo, então liderado por José Oliveira Costa, Abdool Vakil, presidente do Banco Efisa (detido pelo BPN), lembra a necessidade de proceder aos pagamentos devidos a Alejandro Agag. Em causa estava a assessoria prestada pelo Efisa à EDP em Espanha, procurando deste modo fazer um acerto de contas entre o BPN e o Efisa. Na troca de correspondência, que está nas mãos das autoridades, os responsáveis do grupo discutiam ainda a natureza dos serviços prestados pelo genro de Aznar. Há referência a pagamentos solicitados por Agag e que estariam relacionados com a compra das empresas de Porto Rico, a Biometrics e a NewTechnologies. Este negócio, patrocinado por Dias Loureiro, ex-executivo do BPN e da SLN, resultou num prejuízo de quase 40 milhões de euros para a SLN. Do lado vendedor esteve El Assir, cliente e testa-de-ferro do BPN em várias *offshores* e que surge referenciado na imprensa internacional como estando ligado ao negócio de armamento.

Contactado pelo PÚBLICO, Abdool Vakil começou por dizer que não desejava pronunciar-se, mas admitiu que possa ter existido troca de mensagens sobre a matéria, pois Agag trabalhou para o Efisa no quadro da assessoria à EDP nos negócios em Espanha. Na sua intervenção junto da

PCP e PP querem ver esclarecida ligação de Agag ao BPN

JOSÉ MANUEL RIBEIRO/REUTERS



Percurso

23

Aos 23 anos Alejandro Agag já era vice-secretário-geral do Partido Popular Europeu por indicação do seu sogro, José María Aznar. Aos 33 anos, entrou para o Banco Português de Negócios

EDP, o genro de Aznar surgia não como assessor do BPN/Efisa, mas como quadro do grupo, que, por sua vez, o apresentava como um trunfo, dados os seus conhecimentos do outro lado da fronteira. Todavia, Agag, terá sobretudo actuado como intermediário em operações ou prospecções de negócios. Vakil esclareceu que o espanhol trabalhava para o grupo BPN e negou ter estado, particularmente ou por via do banco de investimento, ligado à compra das duas tecnológicas de Porto Rico.

O PÚBLICO procurou igualmente um comentário de João Talone, na

altura presidente executivo da EDP, mas este recusou falar sobre a operação.

A 17 de Março de 2003, ainda ao serviço do BPN, Agag interveio como intermediário de um negócio polémico que envolveu a empresa Metrovacesa, surgindo na altura na imprensa que cobrou em comissões 300.500 euros. Francisco Sanches, ex-gestor do BPN, contactado pelo PÚBLICO em 2005 negou que a operação tivesse algo a ver com o BPN.

Agag no Parlamento

A intervenção de Agag junto do BPN tem sido questionada pelo Partido Popular português no âmbito da comissão de inquérito à nacionalização e supervisão do BPN. E ontem o grupo parlamentar do PCP anunciou que vai pedir a Agag que clarifique qual a relação que possui com El-Assir e que esclareça se alguma vez participaram juntos em negócios de armamento.

No início da década, Agag era uma figura mediática, considerado pela imprensa como a "cabeça" do clã de Becerril, um grupo que corporizava os interesses de uma nova geração do Partido Popular espanhol. Aos 23 anos já era vice-secretário-geral do PP Europeu por indicação de Aznar.

Em 2003 Agag surgiu associado a uma transacção que envolveu dois cheques sauditas e António Oyarzábal, ex-presidente da empresa de fabrico de veículos de combate Santa Bárbara.

A colaboração entre o genro de Aznar, então com 33 anos, e o BPN, começou em Março de 2002, ano em que Durão Barroso é eleito primeiro-ministro, funções que mantém até ao Verão de 2004. Em Espanha, Aznar ocupava a chefia do Governo desde 1996, lugar que deixaria em 2004. Em 2002, Dias Loureiro, José Luís Arnaut, Barroso e António Guterres estiveram no casamento de Agag com Ana Aznar.

Oliveira Costa sempre justificou o convite ao genro de Aznar para colaborar com o BPN por este ser uma mais-valia para o banco e por ser "muito conhecido em Espanha".

A contratação de Agag não é alheia ao facto de o BPN se ter constituído com uma base política forte em Portugal, e que pretendia estender a sua acção a Espanha, onde foram ainda buscar António Asuncion, ex-ministro do Interior de Filipe Gonzalez. Asuncion, amigo de Dias Loureiro, surge mencionado como assessor de Oliveira e Costa.